

1.ª vogal efetiva — Rosária de Fátima Andrade Sambé, Técnica Superior da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I.P./ ACES Lisboa Ocidental e Oeiras, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos.

2.ª vogal efetiva — Teresa Alexandra Nunes de Campos Pereira, Assistente Técnica da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I.P./ ACES Lisboa Ocidental e Oeiras.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 120 dias, correspondente à duração determinada pela n.º 1, da cláusula 6.ª, do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009.

24 de junho de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Nuno Venade*.

209728193

Despacho n.º 9844/2016

Por despacho do Sr. Secretário de Estado da Saúde, de 16 de maio de 2016, de acordo com o Despacho n.º 5593/2016-SEAP, de 11 de abril de 2016, de S. Ex.ª a Secretário de Estado da Administração Pública, foi autorizada a consolidação da mobilidade interna do assistente técnico Carlos Miguel Matos Caldeira, pertencente ao mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P., para integrar o mapa de pessoal da ARSLVT, I. P./ACES Lezíria, nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 5 de maio de 2016.

11 de julho de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, *Nuno Venade*.

209728209

Despacho n.º 9845/2016

Por despacho do Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, de 7 de julho de 2016, foram autorizadas as consolidações das mobilidades internas, nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, das Assistentes Operacionais, Cláudia Maria Martins Ramos Zacarias, Fernanda Conceição Cordeiro Santos, Maria da Conceição Lopes Chorão Moreira, e Silvéria Maria Sousa Bragança, afetas ao mapa de Pessoal do INA — pessoal em requalificação para integrar o mapa de pessoal da ARSLVT, I. P./ACES Amadora.

11 de julho de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Nuno Venade*.

209728217

Direção-Geral da Saúde**Aviso n.º 9555/2016**

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, publica-se a lista definitiva de ordenação final dos candidatos relativa ao procedimento concursal comum de recrutamento para um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior (área de informação, monitorização e análise em saúde) para o mapa de pessoal da Direção-Geral da Saúde, aberto pelo Aviso n.º 307/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7 de 12 de janeiro de 2016, e na BEP com o n.º OE201601/0096 de 12 de janeiro de 2016, que foi homologada por meu despacho de 20 de julho de 2016, nos termos do disposto no n.º 3 do referido artigo 36.º

Lista definitiva de ordenação final

Candidatos aprovados	Classificação final
1.º Maria Isabel Martins Alves.	16,82
2.º Óscar Ricardo Brito Fernandes.	15,96

Candidatos não aprovados	Fundamentação
Bárbara Medeiros Marques Veloso	a)
Cláudia Margarida Seixas Patrício.	b)
Edgar Simões de Almeida	b)

Candidatos não aprovados	Fundamentação
Inês Filipa Bispo Pedro	c)
João Nuno Cortês Fernandez Ruivo	a)
Leandro Frederico Fonseca Antunes Luís	b)
Miguel Alexandre Mendes Sobreira	b)
Nuno Miguel Esteves Patrício da Conceição.	a)
Vanessa Cunha de Sousa	a)

a) Eliminado(a) por desistir da realização da prova de conhecimentos;
 b) Eliminado(a) por ter obtido classificação inferior a 9,5 valores na prova de conhecimentos;
 c) Eliminado(a) por não ter comparecido à realização da prova de conhecimentos.

21 de julho de 2016. — O Diretor-Geral da Saúde, *Francisco George*.

209752558

PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS**Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.****Aviso n.º 9556/2016**

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior para a Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia, do mapa de pessoal do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.

1 — Em conformidade com o disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º e com o artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, a seguir designada de LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugados com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação introduzida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, a seguir designada de Portaria, torna-se público que, por despacho do Conselho Diretivo, de 17 de maio de 2016, encontra-se aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicitação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum para o preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Tendo em atenção que nenhum órgão ou serviço abrangido pelo âmbito de aplicação fixado no artigo 3.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, pode iniciar um procedimento de recrutamento de trabalhadores por tempo indeterminado, sem antes executar o procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação para as funções ou postos de trabalho em causa, deu-se cumprimento ao referido procedimento prévio. Através da declaração prevista no n.º 5 do artigo 24.º da referida Lei n.º 80/2013, (Processos n.ºs 36163 e 36166), emitida pela entidade gestora do sistema de requalificação (Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA), verificou-se a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação, cujo perfil se adequasse às características dos postos de trabalho que se pretendem preencher.

3 — Mais se declara que para os efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º e artigo 54.º da Portaria, não estão constituídas reservas de recrutamento próprias, encontrando -se temporariamente dispensada a obrigatoriedade de consulta prévia à Entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), prevista no n.º 1 do artigo 41.º e seguintes da Portaria.

4 — Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público — BEP (www.bep.gov.pt) no 1.º dia útil seguinte à presente publicação, na página eletrónica da IMPIC (<http://www.impic.pt>) a partir da data da publicação no *Diário da República* deste aviso, e por extrato, em jornal de expansão nacional no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data publicação no *Diário da República*.

5 — Número de postos de trabalho — O procedimento concursal visa o preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

6 — Local de trabalho: Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., sito na Av. Júlio Dinis, 11, 1069-010 Lisboa.